

Aprimorados
1
maior em
votação de abstém
do PSD

ACTA 5/2007

-- Aos vinte e sete dias de Dezembro do ano de dois mil e sete, reuniu a Assembleia Municipal de Mafra, em Quinta Sessão Ordinária do ano de dois mil e sete, no Palácio Nacional de Mafra, situado na Vila de Mafra, com a seguinte ordem de trabalhos: 1) Informação do Presidente da Câmara sobre a actividade municipal e situação financeira; 2) Alteração do Plano Director Municipal por Reconhecimento de Interesse Público, de forma a permitir a construção da Central Anaeróbia e o Aterro Sanitário, na Abrunheira; 3) Alteração do Regulamento de Utilização e Funcionamento das Instalações Desportivas; 4) Projecto de Regulamento das Feiras do Município de Mafra; 5) Documentos Previsionais para o ano de 2008. -----

-- Passavam nove minutos das vinte e uma horas quando o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Joaquim Sardinha, deu por iniciada a sessão. -----

-- O Secretário da Mesa, Senhor Luís Ribeiro Alves, fez a chamada. -----

-- Passou-se ao período Antes da Ordem do Dia, sendo posta à votação a acta número três de dois mil e sete, de vinte e sete de Junho. Não havendo intervenções, a mesma foi aprovada por maioria, com uma abstenção do Partido Socialista. -----

-- O Senhor Joaquim Cruz interveio, dizendo que "relativamente a este primeiro trimestre, foi promovido um conjunto de actividades no Concelho e na Câmara Municipal. Queria apontar quatro notas, sobre a Educação, Acção Social, Juventude e Turismo. Sobre a Educação, eu penso que este primeiro trimestre é muitíssimo importante porque coincide com o início das aulas. A componente de apoio à família desenvolveu um conjunto de iniciativas e, mais uma vez, mostrou a sua eficácia através dos serviços montados. Outra questão também importante, a nível da Educação, tem a ver com os transportes. A rede de transportes foi desenvolvida, relativamente para as escolas básicas do primeiro ciclo que foram encerradas, da Avesada, Casais de Monte Bom, Monte Bom, Pedra Amassada e Casais de São Lourenço. Em relação à acção social escolar, também é evidente a sua importância, com certeza que seria sempre muito melhor que mais montantes fossem sempre transferidos, mas é aquilo que existe, aquilo que é realmente possível. Também penso que foi importante a proposta de Regulamento de acesso aos sessenta e quatro fogos a custos controlados, dentro do Contrato de Desenvolvimento de Habitação. Este é um foco que a bancada Social-Democrata já aqui referiu três vezes, elegendo o Executivo, porque nós achamos que é muito importante este tipo de iniciativas, relativamente a famílias um pouco mais carenciadas. Na Acção Social, também seria importante referir que o Conselho Local de Acção Social aprovou a dia treze de Novembro o Plano de Desenvolvimento Social e o Plano de Acção para dois mil e sete/ dois mil e oito, passo a citar as cinco principais estruturas deste plano: as infra-estruturas de apoio; a educação e qualificação; mudanças de atitudes e comportamentos; mobilidade e transportes; cuidados de saúde. Queria mencionar que, em termos de Juventude, os Espaços Jovem/ UNIVA registaram um aumento de atendimentos, sobretudo no âmbito do novo regime de protecção no desemprego, o que mostra que a realidade do país também está manifesta em Mafra e que o drama do desemprego se reflecte nos jovens licenciados e não licenciados. Em relação ao Turismo, o Gabinete de Promoção Turística teve um acréscimo muitíssimo bom de visitantes, relativamente ao ano passado." -----

-- O Senhor João Lima disse que "preparam-se alterações substanciais à Lei Eleitoral dos Órgãos das Autarquias Locais, especialmente dirigidas a um tema de capital importância para o desempenho da actividade autárquica e para o exercício da democracia. A participação dos Presidentes de Junta, enquanto deputados municipais por inerência nas sessões da Assembleia Municipal, pretende-se que, por força da Lei em preparação, seja vedada, entre outras, aos Presidentes de Junta, ou aos seus representantes, a faculdade de se expressarem para o voto em

situações de tão imperiosa participação como da apreciação e votação das Grandes Opções do Plano e Orçamento. O teor das alterações que os governantes da Nação preparam nos seus gabinetes e para as quais reuniram o consenso dos dirigentes dos dois maiores partidos da cena política portuguesa é atentatório da dignidade das freguesias, aniquilam o principal papel dos Presidentes de Junta no seio das Assembleias Municipais. Na verdade, são a sua voz e a de quem os elegeu, anulam a sua vontade, cortam o seu pensamento, desprezam a sua opinião, secundarizam a sua participação, subalternizam a figura dos Presidentes de Junta. Neste contexto, apresento a seguinte moção de rejeição." A moção é anexada a esta acta com a designação de ANEXO UM. -----

-- A Senhora Dona Leonor Coutinho referiu que "gostaria de registar com agrado a maneira como correu e como Maфра colaborou com a presidência de Portugal da União Europeia que penso que todos registam que foi um grande sucesso e para o qual todos contribuíram. Não gostaria de não registar o facto de Maфра ter sido associada a um dos eventos de maior visibilidade dessa mesma presidência que teve, obviamente, outros eventos de grande importância como o Tratado de Lisboa e a Cimeira com África que só poderá ser bem entendida pelas pessoas que conhecem as nossas ligações com esse continente. Em segundo lugar, queria registar também, depois de mais de sete anos de negociações, acontece que eu conheço os projectos de Lei do PS, do PSD e de outros partidos há mais de sete anos, não tem nada a ver com nenhum segredo dos gabinetes, na medida em que as alterações eleitorais municipais são projectos públicos, discutidos em muitas reuniões, eles são, como todos os projectos da Assembleia da República, públicos. Os diferentes partidos têm igualmente posições diferentes, obviamente que houve negociações, mas é uma discussão que decorre há mais de sete anos, eu própria participei em mais de dez reuniões em todo o país sobre a questão, muitas delas há muitos anos. É uma reforma que tem aspectos positivos e outros menos positivos e que eu penso que só as pessoas que discutiram é que podem saber daquilo que se trata. Eu gostaria de aqui registar o que disse anteriormente, que não é nada feito em segredo. Gostaria, em segundo lugar de dizer que a reforma com a qual eu concordo nas suas grandes linhas, não concordo em todos os pontos, mas há um ponto que aqui foi referido que tem a ver com as Juntas de Freguesia com o qual eu queria manifestar o meu desacordo com aquilo que aqui foi dito. Não se trata de que os Presidentes de Juntas de Freguesia não participem nas Assembleias Municipais e que não discutam todas as questões que dizem respeito ao seu município nas Assembleias Municipais. A sua participação é, obviamente, bem-vinda e todos os contributos são extremamente importantes, sobretudo quando vêm aqui assuntos que têm a ver com as suas freguesias. É evidente também que a Lei das Autarquias Locais veio reforçar o papel das Juntas de Freguesia e a possibilidade de se estabelecerem protocolos com elas, mais ou menos em todas as Câmaras tem havido um desenvolvimento maior desses protocolos e das incumbências das freguesias. Penso que para uma verdade democrática, naquilo que tem a ver com a governabilidade da Câmara, ou seja, unicamente na aprovação do Executivo Municipal apresentado pelo Presidente de Câmara ou na aprovação dos seus orçamentos, é evidente que a participação no voto, que não na discussão, dos Presidentes de Junta vem apenas distorcer a verdade democrática. Obviamente, presta-se muitas vezes até a algumas manobras de distorção mais evidentes em alguns sítios do que noutros. Neste sentido, houve um consenso sobre esta matéria de, para respeito da democracia, os Presidentes de Junta não participarem tão só nessas votações que têm a ver com a governabilidade do órgão Câmara. Claro que nas outras matérias a participação dos Presidentes de Junta é extremamente bem-vinda e eu aprecio sempre muito quando há Presidentes de Junta que vão à Assembleia da República expor os seus problemas das freguesias, já me aconteceu fazer várias petições. Aqui nesta Assembleia Municipal, ou noutra, as exposições dos Presidentes de Junta sobre as suas Juntas são extremamente enriquecedoras para os outros, agora isso não tem nada a ver com o seu voto para a governabilidade da Câmara. Em terceiro lugar, gostaria de focar aqui, visto que

nos foi aqui distribuído o relatório financeiro até catorze de Dezembro, não são as contas finais obviamente, mas já são algumas contas, vê-se que a receita municipal total acumulada é de cinquenta e um milhões de euros, quase mais dez por cento do que o que estava previsto no orçamento, o que demonstra que, de facto, as receitas estão a ultrapassar as receitas previstas. Portanto, aquilo que temos vindo a dizer que não há qualquer justificação para que este município mantenha as taxas máximas permitidas em certos impostos directos por medo de que as suas receitas viessem a diminuir, está a ser desmentido pela realidade através dos números dos últimos anos, e deste ano também, uma vez que as receitas aumentaram em relação ao ano anterior muitíssimo mais do que a inflação e já ultrapassam em dez por cento as próprias receitas previstas no orçamento para este ano." -----

-- O Senhor José Bizarro interveio, dizendo que "há cerca de dois anos, assumi funções em representação desta Assembleia junto da Comissão de Protecção de Crianças e Jovens de Mafra, funções que muito me orgulho de ter ocupado. Neste momento, não tenho disponibilidade para participar nas reuniões alargadas que têm a periodicidade de três meses e, como tal, julgo que para dignificar esta Assembleia iria pedir que se procedesse ao mecanismo de substituição da minha pessoa por outro deputado municipal. Julgo que não faz sentido estar a ocupar um lugar e não poder dar o contributo que tenho dado até agora." -----

-- O Senhor Miguel Ângelo referiu que "gostaria de fazer uma referência a três obras que foram inauguradas desde a última Assembleia até esta, o que tem a ver com investimento e dinamização do nosso Concelho. Uma vez que já se falou aqui de receita, vou falar em obras que esse aumento de receitas também proporciona. Vou falar de duas obras que são propriedade de IPSS do Concelho de Mafra, mas que esta Assembleia e o Executivo apoiaram de forma significativa. Em primeiro lugar, o CRAERIS da APERCIM situado em terreno municipal cedido para o efeito e que é uma aposta contínua no apoio a todos aqueles que mais necessitam e que encontram nesta instituição o local para estarem durante o dia e agora um local onde possam pernoitar e onde possam ter uma vida condigna, ou mais ainda do que aquilo que já têm, com o apoio específico que deviam ter e com a preocupação de melhorar, cada vez mais, os seus níveis de vida. Esta foi uma aposta de entidades particulares, mas que a Câmara desde a primeira hora se associou quer com o espaço para a construção do primeiro edifício-sede, quer agora com este espaço onde está o novo Centro de Recursos da APERCIM que acho que é uma mais valia para todos e que, em boa hora, a Autarquia e esta Assembleia apoiaram cedendo o terreno. A segunda obra tem a ver não com uma cedência de terreno, mas com uma Declaração de Interesse Municipal que foi aqui também votada nesta Assembleia e que se prende com a Residencial São Domingos, na Encarnação, que é da Associação de Socorros da mesma freguesia, uma outra iniciativa também na área da saúde e do apoio social que em muito dignifica o nosso Concelho. Quando se fala em crescimento tem que se falar também em equipamentos sociais e eles estão a aparecer quer por iniciativa das entidades particulares, quer por iniciativa da Câmara, como é o caso da área da Educação. Aqui, em bom tempo, esta Assembleia teve a oportunidade e votou favoravelmente a Declaração de Interesse Municipal para o terreno da Encarnação, os que tiveram a oportunidade de ver a obra, certamente que não se arrependem da sua votação. Desde já, a estas duas direcções destas duas entidades desejar também as maiores felicidades para a máxima dinamização daquele espaço, as obras estão feitas, agora é o factor humano que manda. A terceira grande obra, esta aqui sim com dinheiros da Câmara, tem a ver com o edifício da Protecção Civil Municipal. Para aqueles que lá estiveram, infelizmente poucos, resta dizer que foi um edifício elogiado por todos. É um edifício modelo a nível nacional e foi com muito orgulho e com muito prazer que ouvi quer a Senhora Governadora Civil, quer responsáveis nacionais da Protecção Civil, dizerem que era isto que faltava no Distrito de Lisboa. É evidente que não é, nem pretende ser, rival do que temos em Carnaxide, em Carnaxide é o serviço nacional, é a Alta Autoridade para a Protecção Civil que está sedeadada em Carnaxide. Estamos muito bem equipados, o investimento, tanto quanto sei, foi

total da Câmara, gostava de saber é quanto é que orçou o investimento porque, contrariamente ao que às vezes costuma fazer, naquela inauguração não referiu números. A Senhora Governadora Civil começou a equacionar a deslocação de meios, durante o período de fogos, para o Concelho de Mafra, de apoio à área Oeste nos fogos florestais. Aquilo que já tínhamos com a primeira experiência do Centro de Coordenação Avançado, uma iniciativa pioneira também do Município, e que agora com este novo espaço junto às acessibilidades que permitem tornar o Concelho de Mafra um vector importante no Distrito de Lisboa, essencialmente na área Norte, torna o nosso Concelho como um ponto de referência. Também o responsável pelos helicópteros e pelas equipas helitransportadas de combate a incêndios já equacionava, pois os novos helicópteros adquiridos quando começarem a voar têm maior autonomia de voo e uma vez que o helicóptero, actualmente, está sediado na Carregueira e faz também a cobertura da margem sul da área metropolitana de Lisboa, nomeadamente na serra da Arrábida, se ele viesse para aqui, neste momento, tornava inviável a sua operacionalidade, mas com os novos helicópteros essa operacionalidade está garantida e já se equaciona também trazer para aqui as brigadas helitransportadas. É curioso ver que o tal dinheiro que se consegue de receita aqui em Mafra, sem apoio do Governo conseguimos fazer iniciativas que todo o Distrito e todo o Governo já pensa nelas para proteger não só o nosso Concelho, como é nossa função e daí o serviço municipal, mas também o Distrito e a área onde nos envolvemos." -----

-- O Senhor Presidente da Câmara Municipal de Mafra, José Maria Ministro dos Santos, respondeu, dizendo que "para a APERCIM, a Câmara, para além do terreno, deu em dinheiro duzentos mil euros para a construção do Centro de Recursos. Em relação ao edifício da Protecção Civil, as contas não estão encerradas ainda, mas foi cerca de um milhão e meio de euros. Devo dizer que neste milhão e meio de euros, na cave do edifício está o Arquivo Municipal, portanto, aquele edifício tem duas valências. De facto, a infra-estrutura projecta um conjunto de intervenções a nível da Protecção Civil, Segurança no Trabalho, uma série de situações, e também o Arquivo Municipal, era um dos problemas que a Câmara tinha, necessitava de um espaço condigno e capaz para fixação do Arquivo Municipal, neste momento está a ser devidamente equipado. Custou cerca de um milhão e meio de euros, mas, como digo sempre, os números são importantes enquanto números, mas não são suficientes para justificar tudo, mais do que os números existe a necessidade da obra, essa ficou perfeitamente demonstrada." -----

-- Colocou-se à discussão a moção de rejeição apresentada pelo Senhor João Lima, Presidente da Junta da Freguesia de Vila Franca do Rosário. -----

-- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal disse que "tenho aqui uma dúvida pessoal, fazendo jus à experiência que a Senhora Deputada Leonor Coutinho tem sobre esta matéria, se esta forma dos Presidentes de Junta não votarem no orçamento da Câmara sempre foi assim ou é só recentemente?" -----

-- A Senhora Dona Leonor Coutinho respondeu esta situação sempre foi assim. -----

-- O Senhor João Lima disse ainda que "não é a situação das contas que está em jogo, as contas podem votar, as Opções do Plano é que não. A nova Lei prevê que os Presidentes de Junta não possam votar as Grandes Opções do Plano do Município, mas as contas podem ser votadas." -----

-- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal esclareceu que "há bocadinho falei no orçamento, não falei nas contas. A conta de gerência é aquilo que é votado na Assembleia Ordinária de Abril. Nunca é posta em causa a validade das contas, pode haver uma rejeição sob o ponto de vista político daquilo que foi feito." -----

-- O Senhor João Lima interveio, dizendo que "é precisamente aí que os Presidentes de Junta podem votar, mas não podem votar é o Plano. Se não vota numa coisa não devia votar noutra." -----

-- Não havendo mais intervenções, passou-se à votação desta moção de rejeição, tendo esta sido aprovada por maioria com vinte e um votos a favor do PSD e dois independentes; nove votos contra, dois do PSD e sete do PS; e duas abstenções do PSD. Concluído o período antes da Ordem do Dia, foi introduzido o primeiro ponto

relativo à informação do Presidente da Câmara sobre a actividade municipal e situação financeira. Não se verificando inscrições, prosseguiu-se com o ponto número dois sobre a alteração do Plano Director Municipal por Reconhecimento de Interesse Público, de forma a permitir a construção da Central Anaeróbia e o Aterro Sanitário, na Abrunheira. -----

-- O Senhor Presidente da Câmara Municipal de Mafra referiu que "gostaria de vos recordar que em Abril, salvo erro, foi trazido a esta Assembleia também uma desafecção da RAN deste troço. Julgávamos nós, e julgava a TratoLixo na altura, de que, pelo facto desta zona ser coincidente na reserva ecológica e na reserva agrícola, bastava uma só deliberação, mas não é assim. Nesta deliberação de hoje o que vamos pedir é a desafecção da reserva ecológica que é coincidente com a reserva agrícola por um lado, e, por outro lado, há aqui um aumento de área de reserva ecológica que na altura não foi considerado." -----

-- O Senhor Manuel Pimenta disse que "venho aqui relembrar aquilo que o Partido Socialista disse no passado. Nós estamos contra a localização da Central e do Aterro. Em boa hora aparece esta dúvida porque permite novamente que as pessoas reflectam sobre esta questão. Eu convidava-os a todos a verem os desenhos número um e número dois e vejam onde é que vão ficar a Central e o Aterro. Nós temos Mafra, temos a Malveira, temos a Igreja Nova, temos nesta zona central, nestes três grandes centros urbanos, temos uma reserva agrícola, uma reserva ecológica, pois é precisamente nessa área que vamos localizar o Aterro e a Central. Hoje discutimos tudo, discutimos aeroportos, discutimos barragens, discutimos tudo a nível nacional e, às vezes, esquecemo-nos de discutir localmente aquilo que temos perto da casa e o que é melhor para nós. Nós discutimos a possibilidade deste equipamento noutros locais do Concelho, colocá-lo entre Mafra, Malveira, na proximidade de importantes centros urbanos que são, numa reserva agrícola, numa reserva ecológica, não sei onde é que nos estamos a meter. Convidava-vos a ver com atenção a localização, a verem os documentos, a reflectirem novamente. Obviamente, o Partido Socialista vota contra esta alteração e contra este manifesto." -----

-- O Senhor Daniel Marchante disse que "referia há pouco o Senhor Presidente da Junta da Freguesia de Vila Franca do Rosário e apresentou uma moção pela falta de intervenção que sentem os Presidentes de Junta no futuro com a nova Lei Autárquica. Penso que esta, por exemplo, é uma boa oportunidade de que o Presidente da Junta da minha freguesia venha aqui dizer o que pensa para que fique registado acerca de um caso como este que diz respeito directamente à sua freguesia. Era uma belíssima oportunidade para ele intervir. Por acaso, é curioso que já levo alguns anos de Assembleia e conto pelas mãos a intervenção dos Presidentes de Junta, o que me leva a pensar que, no fundo, os Presidentes de Junta querem ter capacidade de intervir para quê? Para ficarem calados a maior parte das vezes, o melhor seria que interviessem, que discutissem, que apresentassem as suas propostas, que apresentassem as suas divergências e, na realidade, isso acontece muito pouco. Por isso, eu desafio o Presidente da minha Junta de Freguesia, de Alcaínça, a vir aqui dizer o que pensa acerca deste assunto, tem todos os canais à sua disposição para o fazer." -----

-- O Senhor Joaquim Cruz referiu que "em nome da bancada do PSD, eu rejeito as palavras que foram aqui reiteradas. As Juntas de Freguesia são um elemento essencial no poder local e falam quando têm que falar. O juízo de valor que aqui foi feito e o desrespeito que foi feito aos Presidentes das Juntas de Freguesia e a todos aqueles que trabalham nas Juntas de Freguesia do Concelho de Mafra foi inqualificável e que nós rejeitamos de absoluto." -----

-- O Senhor Armando Madeira interveio, dizendo que "eu penso que esta questão da intervenção dos Presidentes de Junta, para mim, é uma coisa clara. Os Presidentes de Junta têm todo o direito de participar, são membros da Assembleia e, como tal, na minha opinião, devem ser também membros de pleno direito, pleno direito tem a ver com voto também. O facto de não o fazerem quando não entendem que o devem fazer não significa que não tenham esse direito, portanto, é

uma opção de cada um. O facto das pessoas não dizerem nada não significa que não tenham esse direito, isso sim faz parte da democracia, não se pode obrigar as pessoas a dizerem seja o que for." -----

-- O Senhor Daniel Marchante respondeu, dizendo que "eu gostaria que ficasse muito clara uma situação. Primeiro, eu não desrespeitei ninguém, nem recebo lições do Senhor Joaquim Cruz ou de qualquer outra pessoa. Aquilo que eu disse, e repito, é que, ouvindo falar o Senhor Presidente da Junta da Freguesia de Vila Franca do Rosário, pessoa que eu respeito imenso, eu fiquei com a noção, todos nós ficámos com a noção, de que, ainda por cima tratando-se de uma Lei que é maioritariamente votada na Assembleia da República de consenso entre os dois maiores partidos, penso que é uma situação clara. Aquilo que eu fiz foi manifestar a minha opinião acerca do assunto." -----

-- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal esclareceu que "relativamente ainda a este ponto, e enquanto representante desta Assembleia na Comissão de Acompanhamento da Construção da Central Anaeróbia e de Aterro Sanitário da Abrunheira, verificou-se, também, alguma alteração no projecto feita pela Tratolixo, nomeadamente quer ao nível dos volumes a tratar, quer ao nível do processo. As melhorias introduzidas também são importantes, quer sob o ponto de vista do volume de inertes que vão ser depositados, quer ao nível do volume de tratamento a nível anaeróbio. Penso que essa melhoria do sistema também é garantia de que a decisão a tomarmos hoje vai no bom caminho." -----

-- Não havendo mais intervenções, passou-se à votação deste ponto, tendo o mesmo sido aprovado por maioria com vinte e sete votos a favor, vinte e cinco do PSD e dois Independentes; sete votos contra do Partido Socialista; e duas abstenções da CDU. Prosseguiu-se com o ponto número três sobre a alteração do Regulamento de Utilização e Funcionamento das Instalações Desportivas. -----

-- O Senhor Presidente da Câmara Municipal de Mafra informou que "este novo regulamento resulta de um poder de síntese que foi feito no sentido de tornar mais perceptível o presente regulamento, em função, também, de alguma alteração da Lei que provoca, igualmente, algumas modificações no comportamento e obrigações que nós tínhamos estabelecido como, por exemplo, a obrigação de apresentação do atestado médico para o desenvolvimento da prática desportiva, isto acontecia antes, com a nova Lei basta um compromisso de honra do cidadão a dizer que não padece de nenhum mal. Entrou também em funcionamento o Parque de Santa Marta com *squash* e campos de mini golfe que não tínhamos regulamentado. Foi um conjunto de adaptações às novas infra-estruturas que, entretanto, foram postas em funcionamento. Já foi alvo de discussão pública, não teve nenhuma crítica ou comentário, assim sendo, vem na sua forma primeira à digníssima Assembleia para se pronunciar sobre o mesmo." -----

-- O Senhor Armando Madeira referiu que "é evidente que nós estamos de acordo com o regulamento aqui apresentado. Tendo em conta o facto de que muitos membros da Assembleia Municipal, se calhar, têm dificuldade em ter tempo para lerem todos os documentos que aqui são apresentados, seria interessante nos ter sido apresentada uma súmula das alterações que terão sido efectuadas. Penso que não terão sido muitas, segundo aquilo que o Senhor Presidente aqui acabou de dizer, mas seria interessante e ajudava-nos a um melhor esclarecimento para podermos votar em consciência. De qualquer modo, nós vamos votar a favor, como é evidente." -----

-- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal esclareceu que "algum membro que tenha alguma dúvida sobre um regulamento anterior, faça-a chegar à mesa que faremos cópia. No momento em que são distribuídos os documentos, sempre que aconteça uma situação deste género, façam o favor de solicitar à mesa que nós distribuimos, rapidamente, cópias dos regulamentos anteriores ou de algum documento que seja importante ser visto." -----

-- Procedeu-se à votação, tendo o terceiro ponto sido aprovado por unanimidade. Introduziu-se o quarto ponto, relativo ao projecto de Regulamento das Feiras do Município de Mafra. -----

-- O Senhor Presidente da Câmara Municipal de Mafra passou a palavra ao Senhor Vereador Armando Monteiro que informou que "este regulamento pretende, essencialmente, organizar e disciplinar as feiras do Concelho de Mafra. Visa, ainda, fundamentalmente, a protecção dos consumidores na aquisição dos seus bens, promovendo a sua segurança e uma venda adequada de bens e produtos nas feiras do Concelho de Mafra. O regulamento compreende sete capítulos em que o primeiro e o último têm a ver com as disposições gerais e finais, mas os mais importantes são realmente o estabelecimento de quais os requisitos necessários para o exercício da actividade de feirante; quais os direitos de ocupação dos lugares do terrado na feira, bem como a organização e funcionamento das feiras; os deveres e obrigações dos feirantes; e as respectivas sanções decorrentes do seu não cumprimento. Este regulamento foi sujeito, de acordo com a Legislação, à apreciação e audiência prévia na generalidade e, em particular, à ACISM, à Associação dos Feirantes do Distrito de Lisboa, às Juntas de Freguesia e à DECO. Foi precisamente da DECO que recebemos algumas colaborações, nomeadamente, e principalmente, na ordem da terminologia. Houve alguns termos que nós considerámos que estavam correctos e que mantivemos, outros que foram alterados, mas pequenas alterações. Posso citar, no capítulo cinco nós falávamos em produtos comestíveis e foi-nos sugerido que passássemos a falar em géneros alimentares, alterámos. No capítulo dez falávamos em transferência por transmissão e substituímos por remissão. No capítulo onze falava-se em desistência, passámos a utilizar o termo renúncia. São termos que, na opinião dos juristas que analisaram as diversas sugestões, seriam mais adequados ao regulamento em causa. A única alteração com maior significado, em relação ao regulamento que foi inicialmente apresentado à reunião de Câmara, foi no capítulo cinco em que nós tínhamos colocado que a apresentação de atestado médico para os manuseadores de produtos alimentares seria somente para o indivíduo que fazia o requerimento e foi-nos proposto que passasse a ser, igualmente, para os familiares ou vendedores habituais nas feiras. Nós pretendemos com este regulamento terminar um outro que decorre desde mil novecentos e oitenta e nove, iniciado em um de Janeiro, e pensamos que será um regulamento adaptado à realidade das feiras do século vinte e um." -----

-- O Senhor Armando Madeira disse que "nós vamos votar favoravelmente este ponto. De qualquer modo, devo confessar que me socorri, de certa forma, do parecer que a DECO fez, que nos foi apresentado também juntamente com os documentos, penso que foi bom terem sido feitas algumas alterações porque se justificavam. Há aqui uma questão que não foi alterada e que eu penso que podia ser, se calhar, melhor esclarecida, que é a parte que diz respeito à venda móvel. Nas definições não está dito o que é a venda móvel, o que são bens móveis e, realmente, depois aqui no artigo dezanove, nas proibições, é expressamente proibida a venda móvel. Eu fico um pouco a pensar o que é isto." -----

-- O Senhor Presidente da Câmara Municipal de Mafra respondeu, dizendo que "isso faz parte do regulamento de vendedor ambulante, é um outro regulamento, este é o regulamento das feiras." -----

-- Prosseguiu-se com a votação, tendo este ponto sido aprovado por unanimidade. Passou-se ao quinto ponto sobre os documentos previsionais para o ano de dois mil e oito. -----

-- Para explicitação deste ponto, o Senhor Presidente da Câmara Municipal de Mafra passou a palavra ao Senhor Vereador Gil Ricardo que referiu que "recebemos uma SISA, há quinze dias, de cerca de quinhentos mil euros. Esta deve-se a um trabalho muito apertado por parte de quem fiscaliza, daí nós podermos também perceber que esse aspecto está a ser relevante na parte dos impostos directos. Em relação à derrama, é uma coisa que nós não sabemos o que é que vai acontecer, é uma previsão que nós temos este ano, mas não sabemos porque isso depende da nova Lei das Finanças Locais. Estamos a falar de cerca de um e meio por cento sobre aquilo que será o estado líquido da matéria colecta tributado directamente, mas que não sabemos que comportamento é que vai ter, é o primeiro ano em que vai

ser aplicado. Outra situação também se prende com o imposto único de circulação que substitui o anterior imposto municipal sobre veículos, também não sabemos como é que vai acontecer. Temos aqui dois aspectos relevantes no âmbito dos impostos directos que não sabemos como é que vai ser no próximo ano de dois mil e oito." O Senhor Vereador Gil Ricardo continuou a sua intervenção, fazendo uma apresentação deste ponto em *powerpoint*, a qual se anexa a esta acta com a designação de ANEXO DOIS. -----

-- O Senhor Presidente da Câmara Municipal de Mafra disse que "penso que estes apontamentos dão conhecimento daquilo que vai ser o trabalho para dois mil e oito e anos subsequentes, eventualmente. Eu destacava algumas acções de relativa importância. Na acção social, nós vamos construir aquilo a que eu chamei de casas sociais, é um bloco de apartamentos em Mafra e outro no Barril que têm como objectivo a utilização por residentes seniores. Há pessoas que pelas suas condições de vida, por razões várias, os filhos não os apoiam, ou não têm dinheiro, as casas estão a cair, as recuperações são complicadas e vivem penosamente os últimos anos de vida. Temos que pensar neles também. Toda a gente se preocupa com os jovens, nós também estamos a fazer CDH para jovens, mas com os seniores ou vão para um lar ou para um Centro de Dia e à noite lá vão para casa sozinhos. Nós queremos inverter um pouco esta lógica, ou pelo menos começar a inversão desta lógica. O que é que são estas casas sociais? São apartamentos, T zeros, coisas simples que têm um quarto, uma casa-de-jantar e uma cozinha em simultâneo e uma casa-de-banho e isto é para um casal ou para uma pessoa que viva isoladamente. Nos serviços de apoio dessa habitação haverá uma lavandaria e uma zona de confecção ou tratamento de comida. Quem quiser utilizar e necessite daquele espaço, pagará uma renda, não será gratuito a não ser nos casos de reconhecida carência e necessidade, depois havemos de estabelecer um regulamento próprio a essa situação, mas irá, julgamos nós, satisfazer um grande número de pessoas. Em Mafra estão previstas cerca de quarenta habitações destas e no Barril dezoito a vinte, estamos a elaborar estudos prévios com vista à execução desses equipamentos. Por outro lado, tem um outro objectivo que é o de libertar as casas e bairros sociais, desalojar as pessoas que ali estão já sozinhas numa casa enorme, casa essa que faz falta a uma família com três, quatro pessoas e, portanto, ao reinstalarmos essas pessoas libertamos estes espaços. É uma forma que temos de intervir na área social, preocupando-nos sempre com as «raízes» da nossa existência que são os mais idosos. É evidente que faremos isto, e estamos a pensar, numa proposta de parceria com as IPSS, as Misericórdias ou os postos sociais que, normalmente, têm um conhecimento mais profundo do que nós, embora nós tenhamos o nosso *know-how* na matéria, e que nos ajudarão certamente a caminhar com as regras entretanto estabelecidas. Julgo que este projecto de Acção Social tem o mérito de resolver uma área muito carente, principalmente para aqueles que nunca tiveram o prazer de ter uma casa nova. Começa em Mafra porque vou, como disse, realojar as pessoas que estão isoladas nestes bairros municipais, possibilitando a outros de entrarem a preços baixos. Por outro lado também, e já foi aqui falado, é a requalificação da envolvente do Palácio Nacional de Mafra. Nós estamos já a fazer obras na Serpa Pinto, Elias Garcia e vamos já para a Praça da República e vamos estudar e analisar a hipótese de, conjuntamente, com uma parceria que vamos estabelecer com o IGESPAR, já está definido nos moldes em que iremos fazer, fazer um projecto para alteração, aprovada e aceite pelas entidades competentes na matéria, da forma de circulação automóvel em frente ao Palácio. Julgamos que esta oportunidade que foi ter sido realizada cá a Cimeira de Portugal com a Rússia obrigou-nos a ver o Convento de outra forma. A ideia base assenta no seguinte: retirar da circulação esta estrada que passa em frente do Convento, alargar o logradouro até à parte de baixo e, na parte de baixo, aquela faixa de rodagem será duplicada para permitir circulação nos dois sentidos. A ideia é devolver ao passeio público, à vivência pública, toda esta zona sem o perigo do atravessamento dos carros. Este projecto está a ser também muito bem vivido e participado pelo IGESPAR que aplaudiu a ideia. Na área do

saneamento, vamos continuar com Sobreiro-Achada, com as águas residuais do Gradil, com a Enxara do Bispo, Azueira, Chanca, Codeçal, Carvoeira, Barril, Vale Bom, Murgeira e Barreiralva. Alguns destes projectos já estão em curso, outros estão em fase de adjudicação e outros estão na preparação do caderno de encargos, com vista à elaboração dos concursos. Nos ecocentros, já temos em Mafra, na Ericeira e na Venda do Pinheiro, vamos agrupar por freguesias, porque não têm expressão em termos de produção de resíduos sólidos, e fazer ecocentros. É de primordial importância que isso aconteça para haver uma ainda melhor prestação de serviços do que existe actualmente, se bem que haja um contentamento razoável das situações, mas queremos melhorar. Voltando a esta questão dos resíduos, eu quero reiterar o meu pedido de confiança que façam no projecto da Abrunheira e nas pessoas que estão altamente sensibilizadas para a problemática da complexidade do desfuncionamento de uma unidade destas, estamos alertados para isso. Há dias dizia-me alguém que nós devíamos ir para a Valorsul e em força, eu rejeitei sempre essa situação, agora estamos a negociar a Valorsul. A Tratolixo tinha sessenta mil toneladas por ano que iam para a Valorsul e acabámos de negociar a semana passada, salvo erro, cem mil toneladas por ano que vão para a Valorsul. Diminuímos a capacidade de uso do nosso biodigestor, mas porque é que eu não quis aderir ao projecto Valorsul desde o início? É que a Valorsul queria fazer da Abrunheira, uma vez aderido, o grande aterro dos resíduos de toda a área metropolitana. Esse é o grande problema. Nós temos que contribuir, como nós utilizámos os terrenos de Trajouce quando aderimos à AMTRES, devemos também colaborar na solução de parte do problema e o biodigestor vai resolver parte do problema do tratamento de resíduos da AMTRES e não vai resolver, porque nós não queremos, o problema dos resíduos urbanos do Distrito de Lisboa. Vamos fazer uma associação de municípios para com a Valorsul tratar parte dos problemas que existem hoje na AMTRES, aliviando, assim, a carga que inicialmente estava a ser indexada aos terrenos da Abrunheira. A rede de ecocentros tem a ver com a optimização, no caso particular do Município de Mafra, da recolha e selecção dos resíduos. Um dos problemas que nós temos e é um dos problemas que nós temos que vencer, não é só um problema político, mas mais de sensibilização dos cidadãos, é que a recolha selectiva é preponderante e fundamental que aconteça. Mafra já está a conseguir algumas metas, tem havido um esforço grande dos Presidentes das Juntas. De referir também que na área dos cemitérios, vamos iniciar uma nova metodologia de tratamento dos cadáveres, não tem a ver com o ossário, mas com o tratamento anaeróbio. Isto é uma espécie de jazigo enorme que leva quatrocentos, quinhentos caixões e que a digestão dos corpos é feita em circuito fechado. Setúbal já tem esta situação implementada. Um dos problemas que nós temos nos nossos cemitérios é que os corpos não são consumados no tempo que se predestinam, sete anos, e temos complicações graves em alguns cemitérios. Portanto, este método de consumação dos corpos tem a ver com as temperaturas que se regulam internamente nesse habitáculo, é estanque, é fechado. Vamos fazer duas unidades dessas em Mafra, onde já estamos com alguma preocupação nos anos subsequentes, na Encarnação e na Malveira. Porque cada vez mais é um problema extremamente grave, é que nós estamos com dificuldade em arranjar pessoas para tratarem dos cemitérios, coveiros, ninguém quer. Aqui não há esse problema porque é um elevador que faz esse trabalho. Isto não é inovação, é só cópia do que existe, nós só inovamos quando não existem outro tipo de exemplos. Nas soluções gerais, equipamento básico e administrativo para o apetrechamento de gabinete da Protecção Civil; aquisição de equipamento informático, *software*; modernização administrativa; e o sistema de qualidade de certificação dos serviços, estão a ser desenvolvidas acções com vista à obtenção dessa certificação de qualidade; nas soluções sociais já falei na zona envolvente do Palácio Nacional; nas águas residuais. Um outro projecto também muito interessante, para além daquele que é a reabilitação dos apoios de praia, é, com fundos comunitários, a requalificação da Foz do Lizandro. É um projecto que vai custar, está em concurso neste momento, cerca de dois milhões de euros, metade

dos quais serão suportados pela CCDR e vai alterar o *modus vivendi* da zona da Foz do Lizandro. Vai ser criada uma zona de estacionamento enorme, com unidades de apoio de comercialização, bares de praia. O concurso acaba por volta de quinze de Janeiro, queríamos ver se em Junho, porque são obras fáceis de fazer, embora de muito custo, tem a ver muito com movimentações de terras. Queríamos fazer também a alteração do acesso à Foz do Lizandro, estamos em estudo com o IEP e com a própria CCDR, é um processo também de requalificação da nossa frente de mar." -----

-- A Senhora Dona Leonor Coutinho interveio, dizendo que "penso que nos foi feita aqui uma explicação relativamente exaustiva de muitos projectos, muitos deles não podemos não estar de acordo, como, por exemplo, esta revitalização da Foz do Lizandro, é uma zona muito bonita que se tem estado a degradar ao longo dos anos. Obviamente que a nível do saneamento também se verificam muitas carências e, portanto, é importante que elas sejam colmatadas o mais rapidamente possível. A nível dos cemitérios, eu gostaria de dar aqui apenas uma pequena achega que tem a ver com a cremação, ou seja, eu sei das dificuldades que existem dos sistemas tradicionais, mas, para além dos sistemas de gavetão, eu não sei se aqui não utilizam os sistemas de cremação que me parece ser um sistema bastante mais agradável, a meu ver." -----

-- O Senhor Presidente da Câmara Municipal de Mafra acrescentou que, em relação aos crematórios, esse assunto também está a ser tratado, em parceria com a Junta da Freguesia da Malveira e um privado, com o objectivo de proceder à construção de um crematório na Malveira. -----

-- A Senhora Dona Leonor Dona Coutinho referiu ainda que "de qualquer modo, no que diz respeito ao orçamento e contas, eu gostaria aqui de assinalar que este orçamento que nos é apresentado, como aqui foi dito, passa, em relação ao ano passado, de quarenta e seis milhões de receitas e de despesas, uma vez que elas na apresentação do orçamento são sempre equilibradas, para cinquenta e seis milhões, mais dez milhões. É um salto muito grande, são vinte e dois por cento de aumento de receitas, quando nós temos uma inflação a três por cento. Quando nós verificamos, por exemplo, as transferências da Administração Central, apesar de todas as críticas que eu compreendo que os partidos da oposição façam em relação ao Governo, o que é certo é que as transferências da Administração Central, todas, passaram de oito milhões e duzentos mil, no ano passado, para onze milhões e cem mil este ano, mais dois milhões e novecentos mil, mais trinta e cinco por cento. Mesmo se retirarmos as despesas correntes relativas às escolas, na medida em que são entradas e saídas, e todas as despesas desse género que, quanto muito, são de um milhão e cem mil euros, temos, mesmo assim, um aumento das transferências, essencialmente das de capital e não das correntes, temos um aumento, mesmo retirando este um milhão e cem mil, de vinte e um por cento. As transferências do Estado deste ano para o ano que vem vão aumentar vinte e um por cento. Evidentemente que poderia ser um momento de pensarmos se os munícipes de Mafra querem continuar a ter um aumento de despesas que são depois receitas da Câmara, são impostos, que têm tido um crescimento tão grande. No momento em que o Estado aumenta a participação em mais de vinte e um por cento, mesmo retirando já essas verbas das escolas, verificamos que o Imposto Municipal sobre Imóveis que os munícipes vão pagar vai aumentar de vinte e cinco vírgula sete por cento; o Imposto Municipal de Transmissões, a antiga SISA, de vinte e quatro por cento; a Derrama vai aumentar mais de trinta por cento. São, de facto, aumentos de impostos violentos, eu penso que se, alguma vez, o Governo fizesse aumentos de impostos desta ordem caía o «Carmo e a Trindade», não é possível, sobretudo quando as transferências do Estado estão a aumentar a um ritmo de vinte e tal por cento e no total até trinta e cinco por cento. Aquilo que eu gostaria aqui de dizer com este meu contributo é que, evidentemente, me parece haver uma oportunidade da Câmara, que compreendo que numa fase inicial, há três anos, tivesse ido para as taxas máximas permitidas por Lei, mais não é possível por Lei, e que fosse para taxas médias cobradas a nível do país, que correspondesse, mais ou

menos, à média que é cobrada por outras Câmaras. Muitas Câmaras começaram também com taxas máximas, porque não sabiam quais eram os resultados, e, desde então, já baixaram. Claro que eu compreendo que haja Câmaras muito endividadas, não é o caso de Mafra, é uma Câmara que tem tido receitas bastante superiores às orçamentadas. Quando eu digo que este ano já se ultrapassou em cinco milhões o que estava orçamentado, é aquilo que era necessário para fazer as obras que estavam previstas, já se receberam mais cinco milhões para além do que era necessário para essas obras." -----

-- O Senhor Joaquim Cruz disse que "relativamente a este ponto da ordem de trabalhos, em representação da bancada do Partido Social Democrata, gostaria de referir o seguinte: este orçamento transparece qual foi a política e os principais compromissos do Executivo nas Eleições Autárquicas. Em relação à Educação, esta reflecte um pouco daquilo que tem sido a transferência de competências do executivo central do Estado para as autarquias. Realmente, eu penso que, neste ponto de vista, aquilo que é a verba dentro das despesas que é remetida para a Educação é digna de nota. No número dois, sobre habitação e serviços colectivos, mais uma vez temos que prestar uma grande parte dos nossos recursos para algo que é essencial para as populações, e que em Portugal ainda estamos um pouco aquém de muitas das médias europeias, e diz respeito ao saneamento básico, aos sistemas de águas residuais, ao abastecimento de água, aos resíduos sólidos e à protecção do meio ambiente e conservação da natureza. Estas rubricas têm um peso significativo neste orçamento e, mais uma vez, temos que as dispensar porque são compromissos nossos, são compromissos não só da localidade, mas também de Portugal, relativamente às directivas da União Europeia. Transportes e Comunicação, mais uma vez a autarquia também tem aqui uma fatia muitíssimo grande não só na rubrica dos transportes rodoviários, como na sinalização. A última nota tem a ver com o turismo, já foi aqui referenciado um projecto que consideramos de vanguarda, tanto na zona da Foz do Lizandro, como o apoio de praia. Estes são alguns dos principais projectos que estão bem assentes neste orçamento e que caracterizam aquilo que são os principais montantes de despesa afectados. Relativamente às transferências para as Juntas de Freguesia, penso que a nova Lei das Finanças Locais redesenhou a própria estrutura financeira das Juntas de Freguesia e das fontes dos seus recursos, mas que penso que, da parte deste Executivo Camarário, mantém aquilo que são os principais protocolos não só com estas Juntas, mas também para as Associações Humanitárias do Concelho, entre outras. Mais uma vez, na parte dos empréstimos, o que me parece é que na estrutura da dívida reflecte muitíssimo bem o histórico, os compromissos principais. Na rubrica das receitas, a Lei das Finanças Locais reafectou os recursos de cada autarquia, mas também lhe deu mais competências e, portanto, também há mais despesas em muitas áreas. Há um aumento do IMI, há um aumento do IMT, há duas rubricas que se mantêm, a tarifa do Ambiente e dos Loteamentos, e os impostos abolidos que também mostra uma boa capacidade dos serviços da Câmara Municipal para a recuperação e execução fiscal que há de direito. Nesta estrutura dos impostos, realmente o IMI e o IMT sobem, o que também transparece que mais pessoas têm vindo viver e estabelecer-se no Concelho de Mafra. Se estão a vir cada vez mais pessoas para Mafra é também porque Mafra está, com certeza, a oferecer um conjunto de serviços, um conjunto de disponibilidades, bem-estar que, muito provavelmente, não encontram em Sintra, na Amadora, em Cascais, em Oeiras, em Vila Franca de Xira, onde seja. Isto também transparece que há um aumento de receitas em alguns impostos como o próprio IRS, há mais pessoas que se inscrevem aqui em Mafra e, por isso mesmo, também há um aumento nessa matéria. Nas transferências do Estado para a Autarquia, e se nós virmos o FEFE, o FEFE diminui na área metropolitana de Lisboa, não só para Mafra, diminui em Cascais e, abruptamente, em Lisboa. Finalmente, só queria salientar mais dois aspectos. Em primeiro lugar que, de uma forma geral, parece-nos equilibrado, com certeza que poderia haver outras opções de investimento, mas isto transparece muito bem uma política coerente que nós

propusemos nas últimas Eleições Autárquicas e, por isso, o sentido de voto da bancada do Partido Social Democrata seria favorável a este plano de orçamento. Os parabéns também à equipa que o executou porque demonstra trabalho e minúcia.”-

-- O Senhor Presidente da Câmara Municipal de Mafra referiu que “em relação à estrutura de participação do orçamento do Estado para a Autarquia, fala-se muito que aumentou, que baixou, porque é que aumentou, eu continuo a dizer que baixou, estou a ler os mesmos números e justifico porque é que baixou. Antigamente tínhamos o Fundo Geral Municipal e vinha tudo num pacote, não se sabia bem o que era, agora temos o Fundo de Equilíbrio Financeiro, baixou este Fundo, é a única receita directamente do Orçamento Geral do Estado para as Autarquias. A participação no IRS é função do número de residentes no Concelho, isto tem a ver com a actualização dos Cadernos Eleitorais, quanto mais residentes no Concelho mais IRS, não é uma receita do Orçamento de Estado, é uma participação dos residentes. O Fundo Social Municipal tem a ver com as escolas, tem a ver com os transportes, com as refeições, quanto mais transportes, quanto mais refeições, quanto mais apoio escolar, mais receita temos. Isto é função do trabalho desenvolvido pela Câmara. Toda a gente olha para a receita, ninguém olha para a despesa que fazemos, para os encargos que temos, para as exigências dos cidadãos e procuramos a todo o tempo e a toda a altura satisfazer melhorando, substancialmente, as condições de habitabilidade ano após ano. Este projecto, por exemplo, da Foz do Lizandro, que custa cerca de dois milhões de euros, eu tenho que arranjar dinheiro para ele. A parte da Câmara é de um milhão de euros, duzentos mil contos, onde é que eu vou buscar dinheiro? Baixando a taxa do IMI ou do IMT? E depois? Como é que eu faço as obras e acompanho esta evolução crescente da qualidade que nós queremos? Isto não é demagogia, isto é a realidade. Eu estou aqui para defender o Município.” -----

-- Passou-se à votação, tendo o ponto sido aprovado por maioria, com vinte e sete votos a favor, vinte e cinco do PSD e dois Independentes; sete votos contra do Partido Socialista; e duas abstenções da CDU. Sem intervenções por parte do público presente, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu por concluída a quinta sessão ordinária do ano de dois mil e sete da Assembleia Municipal do Concelho de Mafra quando passavam vinte e um minutos das vinte e três horas. ---

-- Verificada a lista de presenças, foram registadas as ausências de alguns elementos da Assembleia Municipal, tendo para estas sido apresentados os pedidos de justificação de faltas dos seguintes membros: o Senhor José Eduardo Nogueira Simões; o Senhor António Bastos, substituído nesta sessão pelo Senhor Bruno Alexandre Camarate Pereira; o Senhor Mário Acúrcio Vicente; o Senhor Nuno Sardinha, substituído nesta sessão pelo Senhor José Lourenço Alves do Nascimento; e o Senhor Vítor Rodrigues. -----

-- Para se constar se lavrou esta acta, que vai ser lida, e, depois de aprovada, irá ser assinada por mim que a lavrei, Luís António Ribeiro Alves, e pelo Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Municipal do Concelho de Mafra. -----

Luís António Ribeiro Alves
Luís Alves

Aproximadamente por 1940
 com 25 voluntários para 21 votos
 2 do PSD 2 da CDD + 2 do independentes
 9 votos contra 17 do PS e
 2 do PSD e 2 abstenções
 2 do PSD



7

10

dezembro de 2007.

[Handwritten signature]

John R. Rasmussen

21



**DOCUMENTOS PREVISIONAIS
2008**

GRANDES OPÇÕES DO PLANO
E ORÇAMENTO

PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTO
PLANO DE ACTIVIDADES

RELAÇÃO RECEITA/DESPESA 2008				
	RECEITAS		DESPESAS	
CORRENTES	41.450.805 €	73,02%	29.128.455 €	51,31%
CAPITAL	15.315.775 €	26,98%	27.638.125 €	48,69%
TOTAL GERAL	56.766.580 €		56.766.580 €	

RECEITA CORRENTE		
RECEITAS CORRENTES	41.450.805,00	100,00%
IMPOSTOS DIRECTOS	19.915.340,00	48,05%
IMPOSTOS INDIRECTOS	2.936.930,00	7,09%
TAXAS, MULTAS E O PENALIDADES	5.472.010,00	13,20%
RENDIMENTOS DE PROPRIEDADE	515.350,00	1,24%
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	7.741.345,00	18,68%
VENDA DE BENS E SERV. CORRENTES	4.827.015,00	11,64%
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	42.815,00	0,10%

RECEITA DE CAPITAL		
RECEITAS DE CAPITAL	15.315.775,00	100,00%
VENDA DE BENS DE INVESTIMENTO	7.352.700,00	48,01%
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	7.963.070,00	51,99%
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	5,00	0,00%

DESPESA CORRENTE		
DESPESAS CORRENTES	29.128.455,00	100,00%
DESPESAS COM O PESSOAL	11.068.575,00	38,00%
AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS	13.356.730,00	45,86%
JUROS E OUTROS ENCARGOS	484.670,00	1,66%
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	2.762.260,00	9,48%
SUBSÍDIOS	100.000,00	0,34%
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	1.356.220,00	4,66%

DESPESA DE CAPITAL		
DESPESAS DE CAPITAL	27.638.125,00	100,00%
AQUISIÇÃO DE BENS DE CAPITAL	22.050.610,00	79,78%
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	802.000,00	2,90%
PASSIVOS FINANCEIROS	785.265,00	2,84%
OUTRAS DESPESAS DE CAPITAL	4.000.250,00	14,48%

GRANDES OPÇÕES DO PLANO

GRANDES OPÇÕES DO PLANO	32.858.875,00	100,00%
<u>FUNÇÕES GERAIS</u>	2.554.050,00	7,77%
<u>FUNÇÕES SOCIAIS</u>	19.098.780,00	58,12%
<u>FUNÇÕES ECONÓMICAS</u>	7.668.500,00	23,34%
<u>OUTRAS FUNÇÕES</u>	3.537.545,00	10,77%

EMPRÉSTIMOS A MÉDIO E LONGO PRAZO

	31/Dez/2007	31/Dez/2008	EM VALOR	EM %
EMPRÉSTIMOS A ML PRAZO DA AUTARQUIA	10.933.616	10.148.353	-785.263	-7,18%



OBRIGADO

IMPOSTOS DIRECTOS

- No grupo dos impostos directos temos os dois grandes valores associados a:
 - IMI 7.552.800,00;
 - IMT 8.879.495,00;
- Surgindo depois a Derrama e o Imposto Único de Circulação que substituiu o Imp. Munic. Sobre Veículos;
- Continua-se a efectuar cobrança dos Impostos Abolidos: Contribuição Autárquica e SISA.



IMPOSTOS INDIRECTOS

- Refere-se a taxas pagas por pessoas colectivas;
- Sendo as provenientes de processos de Loteamentos e Obras a que maior contributo dá neste grupo com uma previsão no montante de 2.687.480,00.



TAXAS, MULTAS E OUTRAS PENALIDADES

- Refere-se a taxas pagas por pessoas singulares:
- Destacando-se a Tarifa do Ambiente com uma previsão no montante de 3.620.245,00;
- Seguindo-se as taxas provenientes de processos de Loteamentos e Obras com uma previsão no montante de 1.598.245,00.



RENDIMENTOS DE PROPRIEDADE

- Refere-se essencialmente a rendimentos de activos financeiros – depósitos bancários – e ainda a participações nos lucros das empresas municipais.



TRANSFERÊNCIAS CORRENTES

Repartição de Recursos Públicos	2007	2008	08/07
Fundo de Equilíbrio Financeiro (corrente)	1.982.895,00	1.949.165,00	98,30%
Fundo Social Municipal	856.210,00	922.890,00	107,79%
Participação Fixa no IRS	2.692.920,00	3.025.155,00	112,34%



VENDA DE BENS E SERVIÇOS CORRENTES

- Contribui a receita proveniente da utilização dos equipamentos desportivos 866.360,00;
- "Outros" – refere-se a receita proveniente do reembolso das despesas com pessoal a prestar serviços na Ecoambiente e encargos com a saúde dos funcionários da CGE; participações da componente de apoio à família (ensino pré-escolar e 1.º ciclo); transportes escolares 1.457.295,00;
- "Outras Rendas" – refere-se principalmente à renda da EDP e da Veolia Água (ex CGE(P)) 2.036.385,00.



OUTRAS RECEITAS CORRENTES

- Refere-se a indemnizações relativas a acidentes de trabalho; portes cobrados de envio de publicações e processos de concurso



VENDA DE BENS DE INVESTIMENTO

- Referente a terrenos:
 - área afecta ao actual Parque e Oficinas;
 - parte de área afecta ao Parque de Campismo da Ericeira;
 - parte restante da alienação de terrenos na Abrunheira (Tratolixo);
 - imóvel junto à Quinta da Raposa.



TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL

- De privados, refere-se a processos de obras particulares em curso, relativa a compensações por sobrecarga nas infra-estruturas e serviços gerais do Município;
- O Fundo de Equilíbrio Financeiro para 2008 representa 98,3% do corrente ano, cifrando-se em 1.299.400,00.
- As restantes transferências referem-se a projectos que o Município apresentou para obtenção de financiamento, entre eles: a requalificação do centro urbano; os apoios de praia; a rede social.



OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL

- Sem previsão concreta, apenas para abertura de rubrica.



DESPESAS COM O PESSOAL

- Às importâncias previstas para despesas com pessoal foram aplicadas as regras previsionais referidas no n.º 3.3.1 do POCAL, ou seja, correspondem à da tabela de vencimentos em vigor, sendo actualizada com base na taxa de inflação prevista na proposta de lei do Orçamento do Estado para o ano de 2008, 2,1%.



AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS

- As despesas neste grupo com maior relevo e imputadas nas GOP são: recolha de resíduos sólidos e tratamento de efluentes, recolha selectiva de resíduos, limpeza urbana, manutenção de jardins e espaços verdes, serviço de refeições nos estabelecimentos de ensino e actividades de enriquecimento curricular no 1.º Ciclo do Ensino Básico, transportes escolares, revisão do PDM, planos de pormenor;
- Refere-se ainda a despesas com combustíveis, encargos com as instalações, água, energia eléctrica, iluminação pública, vigilância e segurança das instalações, conservação e manutenção de bens móveis e imóveis, formação e encargos com cobrança de impostos.



AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS

- As despesas neste grupo com maior relevo e imputadas nas GOP são: recolha de resíduos sólidos e tratamento de efluentes, limpeza urbana, manutenção de jardins e espaços verdes, serviço de refeições nos estabelecimentos de ensino e actividades de enriquecimento curricular no 1.º Ciclo do Ensino Básico, transportes escolares, revisão do PDM, planos de pormenor;
- Referem-se ainda a despesas com combustíveis, encargos com as instalações, água, energia eléctrica, iluminação pública, vigilância e segurança das instalações, conservação e manutenção de bens móveis e imóveis, formação e encargos com cobrança de impostos.



JUROS E OUTROS ENCARGOS

- Juros de empréstimos de médio e longo prazo;
- Taxa de expediente nas prestações devidas por empréstimos e despesas com garantias bancárias (expropriações).



TRANSFERÊNCIAS CORRENTES

- Valores imputado em acções do PAM em que se destacam:
 - Juntas de Freguesia: Protocolos, Apoio a Actividades, Marchas Populares;
 - Associações de Municípios: ANMP, AMEGA, AMAGÁS, AMTRES (contribuição anual e recolha selectiva de resíduos);
 - Instituições sem Fins Lucrativos: Apoio a Actividades às Associações Humanitárias do Concelho, Apoio ao Associativismo Desportivo e Cultural.



SUBSÍDIOS

- Imputado em acção do PAM:
 - GIATUL – Indemnizações compensatórias.



OUTRAS DESPESAS CORRENTES

- Imputado em Acções do PAM:
 - Actividades Desportivas;
 - Actividades de Tempos Livres;
 - Actividades de Acção Social;
 - Animação Cultural;
 - Arqueologia e Museus;
 - Actividades de Complemento Curricular;
- "Outras", refere-se a restituições e reembolsos essencialmente de impostos directos e de receita cobrada por serviços, não considerada taxa ou imposto.



DESPESAS DE CAPITAL

- Imputado em acções do PPI:
 - Aquisição de Bens de Capital;
 - Transferências de Capital;
 - Passivos Financeiros.
- Outras Despesas de Capital: reflectem a receita de 4.000.000,00 referente ao Parque de Campismo da Ericeira, na possibilidade de com uma nova solução seja devida restituição no mesmo valor.



FUNÇÕES GERAIS

- Este objectivo é composto pelos Serviços Gerais de Administração Pública e a Segurança e Ordem Públicas.
- As Acções mais significativas referem-se a:
 - Aquisição de terrenos para a Escola Profissional e para o Parque de Segurança e Protecção Civil do Concelho de Mafra;
 - Aquisição de Equipamento Informático e Software na prossecução dos objectivos Modernização Administrativa e Qualidade;
 - Conclusão das obras complementares do Gabinete de Protecção Civil, zona envolvente e heliporto, bem como o seu apetrechamento devido com equipamentos;
 - Continuidade na execução dos Planos de Emergência;
 - Cooperação e apoio às associações Humanitárias do Concelho.



FUNÇÕES SOCIAIS

- As Acções mais significativas neste grande objectivo referem-se a:
 - Requalificação do Terreiro D. João V e Zona Envolvente (URBCOM) e Adaptação à Mobilidade/APPLA;
 - Sistema de Águas Residuais da Murgeira e Barreiralva, obra em curso;
 - Sistemas de Águas Residuais da Carvoeira/ Barril/Valbom e da Chanca e Codeçal;
 - Conclusão das empreitadas de Reforço de Abastecimento de Água ao Concelho;
 - Reforço do Abastecimento de Água Entre o Reservatório da Venda do Pinheiro e Malveira.



FUNÇÕES ECONÓMICAS

- Neste objectivo destaca-se o Turismo, que no âmbito do POOC promove as acções:
 - De reabilitação dos apoios de praia;
 - Arranjo Paisagístico das Zonas Balneares.



OUTRAS FUNÇÕES

- Destaca-se as transferências para as Juntas de Freguesia no âmbito dos Protocolos Celebrados e no apoio anual concedido para actividades e investimento.
- Nas operações da dívida da autárquica, refere-se as amortizações e juros devidos pelos empréstimos contraídos a médio e longo prazo.
- Prevê-se ainda o pagamento de indemnizações compensatórias à empresa municipal Giatul.

